



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638361 - MG (2021/0000707-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : GILCELIA DIAS DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : GILCELIA DIAS DOS SANTOS - MG195945  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : HUGO LEONARDO TEIXEIRA CARVALHO (PRESO)  
**CORRÉU** : JOAO VITOR DE OLIVEIRA CARVALHO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUGO LEONARDO TEIXEIRA CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O paciente encontra-se cautelarmente segregado em decorrência do suposto cometimento dos crimes descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

Alega a impetrante, em síntese, que mesmo sendo o paciente primário e ostentando bons antecedentes, encontra-se preso desde 30/7/20. Sustenta que, com o advento da Lei n. 12.403/01, a privação de liberdade teria se tornado medida excepcional, diante da possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas. Argumenta ainda que foi concedida ordem ao corréu João Vitor de Oliveira Carvalho, e que o paciente encontra-se em situação análoga à dele. Invoca a Recomendação n. 62/2020-CNJ, e que não haveria impedimento, *in casu*, para a concessão de liberdade provisória.

Requer, liminarmente, a concessão da extensão dos efeitos da medida concedida ao corréu João Vitor De Oliveira Carvalho, e subsidiariamente que seja revogada a prisão preventiva e concedida liberdade provisória ao ora paciente, além da aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, em que se pede a extensão dos efeitos de ordem, concedida por esta Corte ao corréu, e tendo em vista que a impetrante não juntou eventuais decisões do TJMG, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, àquele Tribunal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente